

NOTA SOBRE A REVISÃO DA PARTICIPAÇÃO DA PETROBRAS NO SETOR DE FERTILIZANTES E DA PECUÁRIA.

É com grande surpresa e, também, indignação, que recebemos a notícia veiculada pela Petrobras, de hibernação das fábricas de fertilizantes localizadas em Sergipe (“FAFEN-SE”) e na Bahia (“FAFEN-BA”), que chegou ao conhecimento da ASBRAM – Associação Brasileira das Indústrias de Suplementos Minerais, através de nossos associados na manhã de 20 de Março de 2018.

Segundo dados do mercado, as duas unidades de fertilizantes da Petrobras possuem capacidade de produção conjunta de 36,3 mil toneladas de ácido nítrico, quase 1 milhão de toneladas de amônia e umas 800 mil toneladas de ureia em 2017, (vide quadro abaixo), sem contar outros produtos derivados do próprio processo, como dióxido de carbono, sulfato de amônio e ARLA (ureia diluída, utilizada para redução das emissões de NOx -Agente Redutor Líquido de Óxido de Nitrogênio Automotivo- nos caminhões que utilizam diesel).

Local de produção	Agrícolas - Tons	Outros - tons	Total - Tons
Sul (Araucária)	66.021	91.104	157.125
Norte (Laranjeiras – Camaçari)	498.744	177.884	679.628
Brasil/Total	564.765	271.988	836.753

Em entrevista à imprensa aberta, a Petrobras também coloca que o “País já importa 85% da demanda nacional por fertilizantes”, o que nos leva a concluir que não haveria problema de suprir totalmente o mercado com importações. Nós da ASBRAM refutamos essa posição. O país, sua agricultura e sua indústria, não podem ficar dependentes 100% de importações de produtos tão estratégicos, além do que o uso da ureia pecuária, que como o próprio nome diz, é usado por empresas produtoras de suplementos, que quase não tem acesso às importações, já que são abastecidas por produtores locais. Essas empresas todas juntas, estimamos, que entregaram ao mercado brasileiro em 2017 a quantidade de 2.890.000 mil toneladas e usam aproximadamente 200.000 toneladas de ureia pecuária, muito diferente do mercado de fertilizantes que entregou em 2017 o montante de 34.438.840 mil tons e importou desse montante 26.305.488 mil tons. Para esses importadores importarem mais 500.000 toneladas é praticamente nada e o farão com grande facilidade. Já nós os produtores de suplementos minerais não teremos essa facilidade e nem tão pouco o conhecimento, já que os produtores de fertilizantes importam ureia de mais de dez diferentes fontes de abastecimento no mundo. Nós apesar dos números pequenos de entregas, quando comparados aos do setor de fertilizantes, somos grandes nas exportações, pois o item carnes é o segundo maior item na balança comercial brasileira, Lembrando-lhes que os suplementos ajudam a pecuária a produzirem carne. De que adianta termos uma agricultura e uma pecuária que esta entre uma das mais competitivas do mundo, se não conseguimos construir uma cadeia de fornecedores locais e que agregue valor ao País.

CNPJ: 03.022.520/0001-93 INSCRIÇÃO ISENTA.

Rua Augusta, 2676– 13º. Andar CJ 132 – Jardim América– São Paulo – SP – CEP: 01412-100

TELEFONE: (11) 3061-9075 / 3061-9077 – E-mail: asbram@asbram.org.br

Website: www.asbram.org.br

Na fábrica da FAFEN-BH acreditamos que 70.000tons são de ureia pecuária, e na FAFEN-SE mais 30.000tons de ureia pecuária. Portanto somos compradores dessas duas unidades que deverão ser desativadas de umas 100.000 toneladas, mais as compras que fazemos na fábrica de Araucária no Paraná, que continuará com a sua produção. Esse mercado poderia ser ainda maior, se não tivéssemos o problema do PIS X COFINS que é cobrado somente na ureia pecuária e é isento na ureia agrícola. Entendemos assim, que nossos associados por não terem uma experiência em compras internacionais, estarão totalmente vulneráveis às flutuações do câmbio e dos preços, ao desabastecimento ou compra de um grande distribuidor internacional, trazendo também grande risco e aumento do custo dos produtos da cadeia de proteína animal e podendo até gerar uma eventual escassez de insumos básicos.

O estado de Minas Gerais, grande bacia leiteira do Brasil e o centro oeste grande produtor de carnes, tem todo o seu consumo de ureia fornecido por essas duas plantas que a Petrobras nos diz serão fechadas no próximo ano, tempo não suficiente para que nossos associados se ponham a comprar no mercado internacional. Somos um país sem logística, com Portos congestionados gerando altos custos de sobre estadia aos navios que aqui chegam para descarregar as suas cargas (“demurrages”), custo esse que irá gerar um aumento imediato no custo da carne e do leite.

Mas e como ficaria o atendimento de 100% da demanda de ureia pecuária???

Como já lhes explicamos lá em cima a importação não é impossível, mas será que conseguiremos importar esses produtos, sendo que nunca o fizemos? Em que espaço de tempo?

Além desses transtornos e prejuízos, não se pode deixar de mencionar a perda de valor para os Estados da Bahia e de Sergipe com arrecadação de impostos, empregos e redução do tecido industrial dos estados. No caso do emprego, as unidades da Petrobras juntas, empregam diretamente cerca de 700 trabalhadores, que poderão ser realocados para outras unidades da Petrobras.

Mas e como ficarão os empregados indiretos da companhia e das demais empresas da cadeia que dependem de amônia, ureia e ácido nítrico?

Vale lembrar que também se encontra em processo de alienação os ativos do Paraná, cuja produção está sendo mantida, e o Projeto de Três Lagoas (Mato Grosso do Sul). Por qual razão a empresa não está adotando o mesmo procedimento com as Unidades da Bahia e de Sergipe? Por que está usando critérios diferentes?

Outro ponto que vem sendo colocado por alguns analistas é o de que essas unidades são obsoletas e que deveriam mesmo ser desativadas. É lamentável um comentário desse tipo, que remete ao exemplo da planta de metanol, da GPC, no Rio de Janeiro. Em diversas ocasiões ouvimos esse tipo de comentário em relação à GPC. Mas a planta, cuja produção foi

paralisada no Brasil em 2010 e após ter ficado seis anos desmontados, tenha sido transferida para os Estados Unidos e hoje produz metanol em território americano. O problema não era a obsolescência da planta, mas sim a falta de competitividade do gás.

A China, maior produtor, consumidor e exportador de ureia do mundo, não tem gás natural, utiliza carvão como matéria-prima (um processo reconhecidamente caro). No caso da Petrobras, que é produtora de gás natural associado ao óleo, cujo custo sabe-se é mínimo, como a empresa consegue registrar um prejuízo tão elevado? Na Lei do gás, de 2009, a empresa obteve o direito de praticar custo de transferência para as unidades de fertilizantes de sua propriedade. Esse prejuízo está sendo calculado com a suposição de que a Petrobras estaria comprando gás no mercado? Podemos pensar, então, nas seguintes hipóteses: gestão inadequada dos custos, o que com certeza não condiz com a realidade; preço de transferência da matéria-prima intolerável; e previsão de produção insuficiente de Gás Natural, contrariamente ao que o Governo anuncia.

A Petrobras alega também que o cenário indica resultados negativos para os próximos 12 anos. Será que a Petrobras não acredita nas perspectivas positivas em termos de gás do País, com possível autossuficiência em um cenário próximo? Esse ponto é contrário a tudo que o Governo vem anunciando para atrair investimentos na cadeia de óleo e gás.

Entendemos que a Petrobras tem todo o direito de decidir sobre as operações das unidades de negócios que estão sob sua gestão e sua propriedade. Esse direito inclui alienar e até paralisar seus ativos, desde que haja previamente um acordo com clientes e fornecedores, que possuem contratos com a estatal, que incluem penalidades financeiras em caso de não cumprimentos dessas obrigações. Não só isso, a relação entre a Petrobras e esses fornecedores e clientes é muito antiga, tendo sido a estatal sempre um exemplo de fornecedor confiável. Portanto, não é saudável que uma decisão de tamanha envergadura e com consequências tão negativas seja tomada de forma unilateral.

A ASBRAM entende que a Petrobras, por ser Agente dominante, não tem a prerrogativa de tomada de decisões intempestivas e que podem causar enormes danos às empresas clientes, de diversas cadeias industriais, fornecedores e à comunidade de um modo geral.

Por fim, é lamentável que no momento em que a Petrobras anuncia tantas parcerias, inclusive novos investimentos em óleo e gás, esteja virando as suas costas para Parceiros Antigos, como a nossa indústria de suplementos.

São Paulo, 02 de Abril de 2018.

Ademar Leal
Presidente